

## **LEI ORDINÁRIA Nº 198**

*de 03 de março de 1995*

**Dispõe sobre a reorganização do quadro de pessoal e da evolução funcional dos servidores da Prefeitura do Município de Chapadão do Sul.**

*ELO RAMIRO LOEFF, Prefeito Municipal de Chapadão do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:*

### **Capítulo I.**

#### **DAS ATRIBUIÇÕES PRELIMINARES**

##### **Art. 1º..**

*O quadro de pessoal da Prefeitura Municipal passa a ser constituído na conformidade desta lei.*

##### **Art. 2º..**

*O regime jurídico adotado é o estatutário, de acordo com o disposto na Lei nº 088 de 27 de dezembro de 1991.*

##### **Art. 3º..**

*O quadro de pessoal é constituído por todos os servidores da Prefeitura Municipal: funcionários públicos regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município.*

##### **Art. 4º..**

*A composição e a forma de vencimentos e dos servidores do quadro de pessoal da Prefeitura, passa a ser a constante da presente lei.*

##### **Art. 5º..**

*Para efeitos desta lei, considera-se:*

## **I.**

*FUNCIONÁRIO PÚBLICO - a pessoa legalmente investida em cargo público de provimento efetivo ou em comissão e regida pelo Estatuto de Funcionários Públicos do Município;*

## **II.**

*CARGO PÚBLICO - conjunto de atribuições e responsabilidades, representado por um lugar, instituído nos quadros do funcionalismo, criado por Lei, em número certo, com denominação própria e atribuições específicas;*

## **III.**

*SERVIDOR PÚBLICO - a pessoa ocupante de cargo ou função, independente da natureza do seu vínculo com a Administração Municipal: institucional ou contratual;*

## **IV.**

*VENCIMENTO - retribuição pecuniária básica, fixada em lei, paga mensalmente ao funcionário público em virtude do exercício do cargo e correspondente padrão ou referência;*

## **V.**

*REMUNERAÇÃO - é o valor do vencimento acrescido das vantagens pecuniárias incorporadas ou não, percebidas pelo servidor;*

## **VI.**

*REFERÊNCIA - é o número indicativo da posição do cargo na escala de vencimentos representada por algarismos arábicos ou romanos;*

## **VII.**

*GRAU - é o desdobramento da referência destinado à evolução funcional do servidor público, indicado pelas letras "A" a "R" do alfabeto;*

## **VIII.**

*PADRÃO - é o símbolo indicativo do valor do vencimento pago ao servidor, formado pela combinação da referência com o grau.*

## **Capítulo II.**

### **DO QUADRO DE PESSOAL**

#### **Art. 6º..**

*O quadro de pessoal da Prefeitura Municipal é constituído pelos cargos e funções indicados nos seguintes anexos, que integram esta lei:*

#### **I.**

##### *Parte Fixa*

#### **a).**

*Anexo 1 - cargos públicos de provimento efetivo.*

#### **b).**

*Anexo 2 - cargos públicos de provimento em comissão.*

#### **c).**

*Anexo 3 - empregos públicos de natureza permanente, preenchidos por servidores contratados em caráter provisório ou por prazo determinado.*

### **Seção I. DA PARTE FIXA**

#### **Subseção I.**

##### **DOS CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EFETIVO**

#### **Art. 7º..**

*Ficam criados os cargos públicos de provimento em caráter efetivo, preenchidos mediante concurso público de provas e títulos, nas quantidades, denominações, respectivos padrões de vencimentos e requisitos mínimos, especificados no Anexo I, da presente lei.*

#### **Subseção II. DOS CARGOS PÚBLICOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

## **Art. 8º..**

*Ficam criados os cargos públicos de provimento em comissão, correspondentes às atividades de Secretaria, Coordenação, Chefia, Direção e Assessoramento nas quantidades, denominações, referências e requisitos mínimos para preenchimento, especificados no anexo 2, desta lei.*

## **Art. 9º..**

*Os cargos públicos de provimento em comissão são de livre preenchimento e exoneração pelo Executivo Municipal, obedecidos os requisitos mínimos para preenchimento.*

## **Parágrafo único. .**

*A escolha dos ocupantes dos cargos em comissão deverá recair, preferencialmente, sobre os servidores do quadro de pessoal, detentores de cargos efetivos.*

## **Art. 10.**

*Ao funcionário público detentor de cargo de provimento efetivo, que vier a ocupar, transitoriamente, cargo em comissão, será devido o vencimento equivalente ao mesmo, enquanto permanecer nessa situação, acrescido de todas as vantagens pessoais, calculadas sobre o padrão de vencimento, em sentido estrito, inerentes ao seu cargo de origem.*

### **1º.**

*Será devido ao servidor a remuneração de maior valor, enquanto permanecer na situação prevista no "caput", desde artigo.*

### **2º.**

*É facultado ao Chefe do Executivo, conceder ao exercente de cargo em comissão, , exclusivamente, uma representação de 50% para as atividades de secretaria e coordenação; e 30% para as de chefia, direção e assessoramento de nível médio e cargos que exijam habilitação profissional de terceiro grau; e de 20% para os demais cargos.*

## **Seção II.**

### **DA PARTE SUPLEMENTAR**

## **Subseção ÚNICA.**

### **DOS EMPREGOS PÚBLICOS**

#### **Art. 11.**

*Será computado o tempo de serviço público municipal, desde que não tenha havido interrupção de exercício, sob o regime trabalhista no regime estatutário, para efeitos de concessão do Adicional de Tempo de Serviço, Estágio probatório, Sexta-parte, Promoção e Aposentadoria.*

#### **Art. 12.**

*A área de recursos humanos ou de pessoal, da Prefeitura Municipal, fica autorizada a fazer os devidos assentamentos nos prontuários dos servidores municipais optantes.*

#### **Art. 13.**

*Os servidores municipais, ocupantes dos empregos públicos de natureza permanente, relacionados no Anexo III , contratados por prazo determinado poderão prestar concurso público e em não o fazendo ou não obtendo aprovação dentro do número de vagas existentes, terão seus contratos extintos findo o prazo contratual.*

## **Seção III.**

### **DOS VENCIMENTOS**

#### **Art. 14.**

*Os cargos e empregos públicos que fazem parte integrante desta lei, serão distribuídos em escalas de vencimentos, representados por algarismos arábicos ou romanos, onde o número indicará, na ordem crescente, o grau de responsabilidade e complexidade.*

#### **1º.**

*a escala constante do Anexo V, estabelece os vencimentos dos cargos de preenchimento em comissão.*

**2º.**

*A escala constante do Anexo IV , estabelece os vencimentos e salários dos cargos públicos de provimento efetivo e dos empregos de natureza permanente.*

**Art. 15.**

*A escala de vencimentos, de que trata o parágrafo 2º, do art. 14 é composta de 07 ( sete ) referências numéricas subdivididas em 18 (dezoito) graus, identificados pelas letras "A" a "R".*

**Art. 16.**

*A nomeação do funcionário, conforme o previsto no artigo 7º desta lei, far-se-á sempre no grau inicial da referência estabelecida para o cargo.*

**Capítulo III. DA EVOLUÇÃO FUNCIONAL**

**Seção I.**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 17.**

*O sistema de evolução funcional é o conjunto de possibilidades proporcionadas pela Administração, mediante a aplicação de determinados princípios, que assegurem aos funcionários, sob o sistema de contínuo treinamento, aperfeiçoamento, avaliação de desempenho individual e reciclagem periódica, condições indispensáveis à sua valorização profissional.*

**Art. 18.**

*Os funcionários públicos concorrerão, na forma e nas condições desta lei e outras disposições legais, às seguintes formas de evolução funcional:*

**I.**

*promoção;*

**II. acesso.**

## **Seção II.**

### **DA PROMOÇÃO**

#### **Art. 19.**

*A promoção é o procedimento através do qual a Administração proporciona aos integrantes do quadro de pessoal, funcionários públicos detentores de cargo de provimento efetivo, a possibilidade de ascensão funcional.*

#### **Parágrafo único. .**

*A promoção será efetuada obedecendo aos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.*

#### **Art. 20.**

*A aplicação do disposto no "caput" do artigo anterior, proporcionará ao funcionário a passagem de um grau para outro, imediatamente superior aquele em que se encontra classificado, dentro da respectiva referência.*

#### **Parágrafo único. .**

*O procedimento para a apuração dos critérios de antiguidade e merecimento será definido em regulamento.*

## **Seção III. DO ACESSO E PLANO DE CARREIRA**

#### **Art. 21.**

*Acesso é a passagem do funcionário ocupante de cargo de provimento efetivo para outro cargo, da classe imediatamente superior aquela em que se encontra, dentro da respectiva carreira.*

**Art. 22.**

*O plano de carreira é o seguinte:*

*DATILOGRAFO*

*AUXILIAR DE ESCRITÓRIO*

*ESCRITURÁRIO I*

*ESCRITURÁRIO II*

*ESCRITURÁRIO III*

*SUB-CHEFE*

*CHEFE DE SEÇÃO*

*TRATORISTA I*

*TRATORISTA II*

*TRATORISTA III*

*MOTORISTA I*

*MOTORISTA II*

*MOTORISTA III*

*OPERADOR I*

*OPERADOR II*

*AUX. MECÂNICO I*

*AUX. MECÂNICO II*

*MECÂNICO I*

*MECÂNICO II*

*CHEFE DE OFICINA*

*AUX. CADASTRO*

*AUX. LANÇADOR*

*ENCARREGADO CAD. MOB*

*ENCARREGADO CAD. IMOB*

*LANÇADOR*

*FISCAL NOTIFICANTE*



*FISCAL POSTURA*  
*FISCAL TRIBUTÁRIO*

*AUX. SERV. GERAIS*  
*ZELADORA*  
*ARTÍFICE*  
*CONTRAMESTRE I*  
*CONTRAMESTRE II*  
*CONTRAMESTRE III*  
*MESTRE*  
*ENCARREGADO GERAL*

*RECEPCIONISTA*  
*ATENDENTE I*  
*ATENDENTE II*  
*ATENDENTE III*  
*OPERADOR DE RAO X*  
*AUXILIAR DE ENFERMAGEM*  
*VIGILANTE SANITÁRIO I*  
*VIGILANTE SANITÁRIO II*  
*AGENTE DE SANEAMENTO I*  
*AGENTE DE SANEAMENTO II*

*AUX. DE ENSINO I*  
*AUX. DE ENSINO II*  
*AUX. DE ENSINO III*  
*PROFESSOR I*  
*PROFESSOR II*  
*PROFESSOR III*

***Art. 23.***

*Processar-se-á o acesso sempre que ocorrer vagas nos cargos públicos efetivos que constituirão as carreiras.*

#### **Art. 24.**

*Verificam-se vagas:*

**I.** *no falecimento de servidor;*

**II.** *na demissão do servidor;*

**III.** *na aposentadoria do servidor;*

**IV.** *na exoneração do servidor;*

**V.** *em virtude de lei.*

#### **Art. 25.**

*Somente poderão concorrer ao acesso os funcionários que:*

**I.**

*preencherem as condições de habilitação e demais requisitos do novo cargo;*

**II.**

*tiverem o interstício de pelo menos 730 (setecentos e trinta) dias de efetivo exercício no cargo.*

#### **Art. 26.**

*O acesso será precedido de processo seletivo interno dentre os ocupantes dos cargos cujo exercício propicie a experiência necessária ao desempenho de cargos de maior grau de responsabilidade e complexidade de atribuições.*

#### **Parágrafo único. .**

*O servidor deverá ter habilitação legal para se inscrever ao processo seletivo enquadrado no regime anterior.*

#### **Art. 27.**

*Havendo empate na classificação terá preferência, sucessivamente:*

***I.***

*o que ingressou há mais tempo no serviço público municipal;*

***II.***

*o nomeado há mais tempo no cargo atual;*

***III.***

*o mais idoso;*

***IV.***

*o que tiver o maior número de dependentes.*

***Art. 28.***

*O ingresso no novo cargo será no grau em que se encontra classificado o funcionário.*

***Seção IV.***

***DAS DISPOSIÇÕES FINAIS***

***Art. 29.***

*A regulamentação do sistema de promoção será elaborada, posteriormente, através de atos normativos e regulamentares do Executivo Municipal, num prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de vigência desta lei.*

***Capítulo IV.***

***DA JORNADA DE TRABALHO***

***Art. 30.***

*A jornada semanal será de 40 (quarenta) horas de trabalho.*

***Parágrafo único. .***

*O Executivo Municipal poderá estabelecer horários diferenciados em razão da peculiaridade dos serviços a serem executados.*

### **Art. 31.**

*Serão pagas, a título de trabalho extraordinário, as horas que excederem à jornada de trabalho fixada, desde que previamente autorizadas pela autoridade municipal competente.*

### **Art. 32.**

*Os cargos de Cirurgião-Dentista e Médico em todas as especialidades, terão jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais.*

### **Art. 33.**

*Os valores das escalas de vencimento de que trata o artigo 21 e respectivos parágrafos, da presente lei, correspondem aos vencimentos dos servidores com jornada de trabalho de quarenta (40) horas semanais, exceção feita aos ocupantes dos cargos de Cirurgião-Dentista e Médico - em todas as especialidades, que obedecerão a jornada fixada no artigo anterior.*

## **Capítulo V.**

### **DA SUBSTITUIÇÃO**

### **Art. 34.**

*Haverá substituição remunerada no impedimento legal e temporário do ocupante de cargo público efetivo e em comissão, por período igual ou superior a quinze (15) dias consecutivos.*

### **Art. 35.**

*A substituição recairá sempre em funcionário público pertencente ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal e que possua habilitação para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo do substituído.*

### **Parágrafo único. .**

*Quando a substituição for de cargo pertencente a carreira, a designação deverá recair sobre um de seus integrantes.*

### **Art. 36.**

*A substituição será automática quando prevista em lei e dependerá de ato de autoridade competente quando for efetivada para atender à conveniência administrativa.*

#### **1°.**

*a autoridade competente para nomear será competente para formalizar, por ato próprio, a substituição.*

#### **2°.**

*O substituto desempenhará as atribuições do cargo do substituído, enquanto perdurar o impedimento do titular e dentro dos limites estabelecidos na presente lei.*

### **Art. 37.**

*O substituto, durante todo o tempo de substituição, terá direito a perceber o vencimento inerente ao cargo do substituído, sem prejuízo das vantagens pessoais a que tiver direito, podendo optar pelo vencimento do cargo de que é ocupante.*

### **Art. 38.**

*A substituição não gerará direito do substituto em incorporar, aos seus vencimentos, a diferença entre a sua remuneração e a do substituído.*

#### **1°.**

*O período de substituição remunerada, não poderá ser inferior a quinze dias consecutivos e nem superior a dois anos ininterruptos.*

#### **2°.**

*Qualquer que seja o período de substituição, o substituto retornará ao seu cargo de origem.*

### **Art. 39.**

*Nas demais substituições não serão devidas diferenças de vencimentos, fixados para o cargo que o servidor ocupa na Prefeitura Municipal.*

## **Capítulo VI.**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **Art. 40.**

*Os atuais servidores serão enquadrados no grau inicial da referência prevista para o seu cargo ou emprego, mediante portaria a ser baixada pelo Executivo Municipal.*

#### **Parágrafo único. .**

*Sendo a remuneração do servidor superior ao valor do grau inicial da referência de seu cargo atual, será ele enquadrado no grau de valor igual ou de valor superior subsequente.*

#### **Art. 41.**

*As atribuições, condições de trabalho e requisitos para cada cargo serão disciplinados pelo Executivo Municipal.*

#### **Art. 42.**

*Ficam extintos os cargos, empregos ou funções públicos que não constem desta lei, resguardados os direitos adquiridos de seus ocupantes.*

#### **Art. 43.**

*A Seção de Pessoal apostilará os títulos dos servidores atingidos por esta lei.*

#### **Art. 44.**

*Fica o Executivo Municipal autorizado a expedir os atos normativos , regulamentares e de movimentação de pessoal necessários à execução desta lei.*

#### **Art. 45.**

*As despesas decorrentes da execução desta lei, serão atendidas no corrente exercício, por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.*

**Art. 46.**

*Fica expressamente revogada a Lei nº 194 de 22 de setembro de 1.994.*

**Art. 47.**

*Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 1995.*

*Prefeitura Municipal de Chapadão do Sul, Em 03 de março de 1995.*

**ELO RAMIRO LOEFF** PREFEITO MUNICIPAL

---

*Lei Ordinária Nº 198/1995 - 03 de março de 1995*

*Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em*